

As condições para a austeridade

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O economista Winston Fritsch, professor do Departamento de Economia da PUC-Rio e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, disse, ontem, que os credores externos não podem cobrar austeridade do Brasil sem acenar com a perspectiva de novos recursos, já que considera irreversível a decisão do governo de assegurar a retomada da economia e a recuperação dos níveis de investimento no País.

Ele fez essa afirmação em palestra no seminário sobre o panorama econômico brasileiro promovido pela Câmara Britânica de Comércio. Segundo o economista, no plano interno, o objetivo fundamental da política econômica deve ser a redução das taxas de juros, "pois o controle quantitativo da moeda não derruba a inflação, mas apenas a indústria".

Enquanto outros debatedores no seminário, a exemplo do vice-presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), Paulo Guedes, faziam previsões sombrias a respeito das perspectivas da economia

dentro da atual orientação governamental de garantir a recuperação, Fritsch acentuou que essas previsões para o próximo ano são pura especulação. Para ele, os três possíveis fatores inflacionários daqui para a frente poderão ser eventuais choques salariais, um novo choque agrícola ou medidas para a desvalorização real do cruzeiro. A ocorrência desses três fatores, juntos ou isolados, é imponderável, disse Fritsch.

"Quanto aos choques salariais, esperamos que as lideranças sindicais sejam sensatas", afirmou, ao considerar igualmente impossível prever uma brusca redução da oferta de alimentos e impraticável uma desvalorização cambial, "já que o governo não controla mais esse instrumento". Além disso, a seu ver, uma redução considerável da inflação só pode ser obtida por meio de desindexação geral, ou o "choque heterodoxo", semelhante ao produzido na Argentina mas que não parece estar próximo no Brasil. Desse modo, disse, o que se pode prever é uma inflação estável na marca dos 200% para os próximos anos.

Para o economista, a necessidade de dinheiro novo prende-se à decisão política de voltar a crescer a 6% ao ano e à posição brasileira nas negociações com os credores, onde ele considera "crucial" a atual fase de conversações com o FMI. Segundo Fritsch, a posição do Brasil será muito condicionada pela recuperação norte-americana, cuja perspectiva, no momento, é recessiva. Isto porque, se for consolidada a atual tendência do FED (Banco Central dos EUA) de adotar medidas para controlar a supervalorização do dólar, isso só terá efeito sobre a capacidade de competição norte-americana a partir do final de 1986, considerando-se uma desvalorização de 10% a 20% da moeda daquele país. Ao mesmo tempo, os maiores competidores dos EUA, basicamente Japão e Alemanha, resistem à pressão para que assumam o bastão da retomada internacional, ou seja, para que paguem pelo alívio dos problemas norte-americanos. Desse modo, a perspectiva dos próximos anos pode ser a de uma queda na economia e no comércio internacionais.